



INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FÉ E DA RELIGIÃO: a racionalidade e a irracionalidade do sagrado no Brasil contemporâneo

Marinina Gruska Benevides¹
Gerson Augusto de Oliveira Júnior²

Resumo

O artigo analisa a instrumentalização da fé e da religião na política brasileira, com foco nas duas últimas eleições presidenciais, a partir de uma pesquisa bibliográfica e do levantamento de fatos e dados divulgados na imprensa e em sites especializados. Inicialmente, o estudo apresenta reflexões teóricas sobre a racionalidade e a irracionalidade do fenômeno religioso, destacando seu potencial tanto para a mobilização coletiva quanto para a legitimação de projetos políticos. Discute a crescente influência da religião no cenário político nacional, com ênfase no papel dos evangélicos como protagonistas de pautas conservadoras e de apoio a determinadas candidaturas. Exemplos concretos ilustram como a fé foi mobilizada em discursos, alianças e estratégias eleitorais, configurando um campo de disputa simbólica em que líderes religiosos atuam como mediadores entre fiéis e candidatos. A análise revela que a instrumentalização da religião se consolidou como um fator determinante no jogo político recente, não apenas na conquista de votos, mas também na construção de narrativas que reforçam identidades e polarizações, com impactos diretos e indiretos na formulação e execução de políticas públicas. O artigo conclui que o fenômeno reflete a complexa interseção entre fé, poder e representatividade, lançando luz sobre os desafios de um Estado laico diante da crescente influência de atores religiosos no debate público e no governo.

Palavras-chave: Religião e política; eleições presidenciais brasileiras; desmonte de políticas públicas.

INSTRUMENTALIZATION OF FAITH AND RELIGION: the rationality and irrationality of the sacred in contemporary Brazil

Abstract

The article analyzes the instrumentalization of faith and religion in Brazilian politics, focusing on the last two presidential elections, based on bibliographical research and a survey of facts and data published in the press and on specialized websites. Initially, the study presents theoretical reflections on the rationality and irrationality of the religious phenomenon, highlighting its potential for both collective mobilization and the legitimization of political projects. The growing influence of religion on the national political scene is discussed, with an emphasis on the role of evangelicals as protagonists of conservative agendas and support for certain candidacies. Concrete examples illustrate how faith was mobilized in speeches, alliances, and electoral strategies, configuring a field of symbolic dispute in which religious leaders function as mediators between believers and candidates. The analysis reveals that the instrumentalization of religion has consolidated itself as a determining factor in the recent political game, not only in winning votes, but also in the construction of narratives that reinforce identities and polarizations with direct and indirect impacts on the formulation and execution of public policies, with direct and indirect impacts on the formulation and execution of public policies. The article concluded that the phenomenon reflects the complex intersection between faith, power, and representation, shedding light on the challenges of a secular State in the face of the growing influence of religious actors in public debate and government.

Keywords: Religion and politics; brazilian presidential elections; dismantling of public policies.

Artigo recebido em: 04/04/2025 Aprovado em: 21/11/2025
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v29n2.2025.51>

¹ Advogada. Psicóloga. Mestrado e Doutorado em Sociologia, Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará (Uece) / Doutorado em Políticas Públicas e Programa de Pós-graduação em Planejamento e Políticas Públicas – Mestrado e Doutorado. E-mail: marinina.gruska@uece.br.

² Antropólogo. Historiador. Mestrado em Sociologia, Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia, Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Email: gerson.augusto@uece.br.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem convivido com o crescimento de grupos religiosos, notadamente de evangélicos, nos espaços públicos e, em especial, nos de governo, o que tem impactado a política de diversos modos, quer se fale do fundamentalismo religioso a nortear debates sobre direitos humanos, educação e saúde; quer se fale das bancadas religiosas no Congresso Nacional a moldar leis e políticas públicas com base em doutrinas religiosas; quer se fale do uso da religião como ferramenta eleitoral a criar narrativas políticas que mobilizam fiéis, reforçando identidades e polarizações, com impactos diretos e indiretos nas políticas públicas. Trata-se de um complexo processo de instrumentalização da fé e da religião, ou seja, de utilização de crenças religiosas para fins políticos, com o objetivo de mobilizar uma base de apoio ou aumentar a legitimidade de um governo ou partido.

Essa instrumentalização para fins políticos envolve adaptar princípios, às vezes manipulando a fé, para justificar políticas ou ações, podendo também ocorrer de maneira explícita com líderes religiosos apoiando certas iniciativas ou se alinhando com as crenças que predominam na sociedade para conquistar eleitores. Instrumentalizar a fé e a religião na política envolve o uso estratégico dos valores, símbolos e práticas religiosas para explorar as crenças de uma comunidade, para atrair apoio, criar identidades coletivas e suprimir oposições. Em alguns casos, a fé é utilizada para criar um consenso em torno da ação de líderes políticos, fazendo com que suas decisões sejam vistas como morais e legítimas, ainda que suprimam direitos sociais e sejam imorais e ilegais.

Fé e religião são conceitos distintos. A fé traduz uma experiência individual e subjetiva ou uma crença profunda em algo que não pode ser racionalmente comprovado, quer se trate de uma divindade, de forças espirituais ou princípios de caráter filosófico. A religião diz respeito ao que estrutura de modo coletivo as relações dos indivíduos com o sagrado, ou seja, ao sistema organizado de crenças, rituais e normas, que se expressa nos textos sagrados, doutrinas, pregações de líderes religiosos e práticas comunitárias. Da mesma forma que é possível ter fé em Deus e não seguir uma instituição religiosa específica, suas regras e doutrina, é possível seguir uma religião sem ter aquilo que muitos crentes descrevem como uma fé genuína ou o que é parte essencial da prática cotidiana dos crentes.

A religião e o pensamento racionalista moderno vivem num estado de permanente e profunda tensão, pois operam a partir de fundamentos distintos e, muitas vezes, conflitantes. Enquanto a religião fundamenta-se na fé, na tradição e na revelação divina, nas verdades que não precisam de comprovação racional, o racionalismo baseia-se na razão, na lógica e no método científico, que exigem evidências concretas e verificáveis. Logo, ao tempo em que a religião muitas vezes rejeita questionamentos que desafiam sua autoridade, o racionalismo questiona dogmas e crenças religiosas.

Ou, como prefere Morin (2005), as doutrinas são fechadas e não comportam críticas, ao passo que as teorias científicas são abertas e superáveis. Por onde quer que se olhe, a tensão entre religião e racionalismo reflete um embate entre certezas e questionamentos constantes, a acompanhar a humanidade há séculos.

São incontáveis os exemplos de conflitos envolvendo a ciência e a religião. Basta lembrar o caso de Galileu Galilei, condenado pela Igreja por afirmar que a Terra girava ao redor do Sol ou os debates atuais sobre a evolução e o criacionismo, para perceber em parte o campo da disputa entre explicações científicas e religiosas. Temas contemporâneos como o aborto, a eutanásia e os direitos das minorias que conjugam identidades de gênero que fogem da heteronormatividade são áreas de embates ferrenhos, porque, de um lado, a religião traduz princípios absolutos e, de outro, o racionalismo busca uma ética baseada na razão e na autonomia individual. Estados laicos, por sua vez, enfrentam tensões quando grupos religiosos tentam influenciar políticas públicas com base na fé, enquanto os racionalistas tendem a defender decisões baseadas na razão e no interesse coletivo, embora nem sempre.

Refletir sobre a racionalidade e irracionalidade do fenômeno religioso é sobremaneira importante para compreender o cenário político brasileiro atual, no qual a religião desempenha um papel central na formação de valores, no comportamento eleitoral e na formulação e execução de políticas públicas. Compreender como a instrumentalização da fé e da religião se prestaram a mobilizar segmentos religiosos, como os evangélicos, para legitimar projetos políticos, apoiar pautas conservadoras e determinadas candidaturas em pleitos eleitorais permite situar a crescente influência da religião no cenário político nacional. À luz diálogo com autores clássicos e contemporâneos, os fatos e dados da realidade são apresentados de modo a atestar a instrumentalização da fé e da religião no campo de disputa pelo poder político e nos desafios contemporâneos de defesa da democracia e do Estado laico.

2 RACIONALIDADE E IRRACIONALIDADE NO RELIGIOSO

O clássico da filosofia religiosa Rudolph Otto (2010) advertia aqueles que nunca tiveram uma experiência religiosa que largassem o livro que escreveu, porque eles não entenderiam nada da experiência do *mysterium tremendum*¹. Nessa afirmação, todavia, o problema é: será que existem mesmo tais pessoas?

A religião não se liquida com a abstinência dos atos sacramentais ou dos lugares sagrados, assim como o desejo sexual não se suprime com o voto de castidade, como diz Alves (1984). Mas é quando a dor bate à porta, quando se esgotam os recursos da técnica, que acordam os

exorcistas, os benzedores, os sacerdotes, os profetas, os poetas e aqueles que suplicam, sem saber direito a quem. É nas situações liminares que surgem perguntas ontológicas ou existenciais: O que sou? De onde vim? Para onde vou? Por que vivo? Por que morrerei?

O mérito de Rudolph Otto foi delimitar o irracional do fenômeno religioso, o que é santo, *numinoso* e *tremendum*, que não pode ser definido satisfatoriamente, que só pode ser examinado. O exame vai mostrar a experiência de movimento, o estado de recolhimento solene; o arrebatamento do crente. Nesse, aparece o sentimento original do estado de criatura e não de criador, a experiência afetiva, a força soberana. Não é por outra coisa, que Abraão se dirige a Deus dizendo não ser mais que cinza e pó, diante do Senhor. Nos lugares onde o sagrado se manifesta, os crentes têm dificuldades de dizer o indefinido.

Há uma questão central no fenômeno religioso que merece ser considerada; a oposição entre o sagrado e o profano de que nos fala Eliade (2001) e ao mesmo tempo o conagraçamento dessas antíteses na antítese maior que é a vida e a morte, para a qual a religião oferece uma alternativa plausível. Em outras palavras, como nos ensina Berger (1985), o mundo vivido torna-se algo portador de sentido. Viver a realidade é uma crueldade insuportável; é naufragar na incompletude congênita sem que se possa a ela dar uma direção, um sentido, um *nomus* (ordem) e um *numem* (poder divino).

O sagrado desperta reverência, respeito e temor, pois provoca no homem o sentimento de criatura diante de algo que se encontra na ordem indizível do grande mistério. Como diz Otto (2010), o *numinoso* é a experiência do sagrado que desperta fascínio e, ao mesmo tempo, temor, porque representa algo incomparável com qualquer experiência comum e provoca a sensação de pequenez diante de uma força maior, desconhecida e incontrolável. Todavia, não se trata de um medo comum, como um perigo físico, por exemplo, mas de um temor reverencial, um reconhecimento da imensidão do divino, de seu poder absoluto.

Ao estabelecer uma estreita relação com o sagrado, o homem sente-se fortalecido para enfrentar obstáculos e sofrimentos da existência. Por isso, torna-se necessário compreender que o sagrado não diz respeito a um círculo de saber, mas a um inominável círculo de poder. Ademais, os símbolos e discursos sagrados possuem características fortemente agregadoras (Alves, 1984). Nessa perspectiva, destaca-se a importância dos rituais realizados para promover a união e comunhão dos homens com as divindades.

Diversas sociedades e grupos destinam lugares e períodos específicos para realizar seus rituais sagrados. Durante os rituais, o desenrolar das atividades cotidianas é suspenso e o tempo sagrado instaura a dinâmica do círculo de poder. O homem deixa momentaneamente o curso rotineiro da vida para vivenciar uma experiência divina e retornar revigorado com força suficiente para enfrentar adversidades da vida e as intempéries do mundo.

INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FÉ E DA RELIGIÃO: a racionalidade e a irracionalidade do sagrado no Brasil contemporâneo

Por isso, compreender o sagrado não é reconduzi-lo ao profano como forma de apreendê-lo, até porque, se o sagrado fosse entendido como profano, ele perderia sua natureza; deixaria de ser sagrado e retirar-se-ia da ciência do religioso o seu objeto, ou seja, o sagrado.

Como experiência que desperta temor e fascínio, o sagrado (numinoso) é fonte da qual emana a força, que se utiliza de diversos meios históricos e sociais para se expressar concretamente. A religião, por assim dizer, é o reconhecimento de uma força com a qual o homem deve contar.

Mas o que pode a ciência dizer dessa força, dessa fonte? Podemos afirmar sua transcendência sem correr o risco de nos tornarmos crentes? Devemos dizer que se trata de um fenômeno estritamente humano e acabar diluindo o objeto da religião no não religioso? Como dizer que o sobrenatural é humano, se ele é sobrenatural?

Tylor (1973) tentou responder, em parte, essas questões dizendo ser a fé religiosa a crença no sobrenatural, argumentando que a religião deriva da tendência humana de atribuir agência a forças invisíveis e espíritos, o que ele chamou de animismo. Sendo a crença em entidades sobrenaturais uma tentativa de explicar fenômenos naturais e experiências humanas como sonhos e a morte, acreditava Tylor que esse pensamento evoluiu, passando do animismo primitivo para religiões mais organizadas e, finalmente, para uma visão mais racional e científica do mundo. Em outras palavras, a fé no sobrenatural era um estágio de pensamento humano que evoluiria com o tempo para ser substituída pelo conhecimento científico.

Nesse ponto, parece importante enfatizar o reducionismo que se inscreve em posicionamentos como o de Tylor sobre o animismo, qual seja, o de tomar a religião como uma perspectiva rudimentar de explicar o mundo, sem considerar aspectos simbólicos e experienciais da fé. Além do mais, Tylor passa ao largo de questões como a coesão social, a identidade cultural e a organização política que, posteriormente, foram objeto das reflexões de Durkheim.

A perspectiva de decretação da morte de Deus para afirmar a vida do homem racional não deixa de constituir uma substituição do teocentrismo por um antropocentrismo arrogante, cujo efeito mais imediato é o dogmatismo científico. A dessacralização ou desencantamento do mundo de que nos fala Weber (1992; 2004) ou seja, o processo pelo qual a sociedade moderna abandona as explicações religiosas implica a interpretação do mundo com base na razão, na ciência e na burocracia. Trata-se daquilo que está intimamente ligado à secularização e ao avanço do capitalismo, sua lógica utilitária e pragmática, a alimentar mitos modernos como o da ciência e do progresso.

Se o reducionismo também se revela na tentativa de tomar a religião for sua fonte (politeísta ou monoteísta) nem mesmo Freud (2014; 2010) a explicou fora de uma perspectiva reducionista. Em *Totem e Tabu* e em *O Futuro de uma ilusão*, ele comparou os rituais religiosos (repetição de orações, rituais e regras religiosas) com a sintomatologia de pacientes com transtorno

obsessivo-compulsivo e, também, a reduziu à ilusão protetora diante de um mundo hostil ou a crenças repressoras de impulsos e desejos. Todavia, se a religião, por assim dizer, for um compromisso neurótico, é também um compromisso com a histeria coletiva, considerando que a neurose ultrapassa o indivíduo, que envolve o social em todos os tempos e em todas as sociedades humanas que se tem notícias.

Durkheim (1996, p. 67) entende que “a religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, isto é, isoladas, interditas; crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos que a ela aderem”. Como um fato social, surge da vida em sociedade, impondo regras, rituais e crenças que moldam o comportamento dos indivíduos. A sociedade define o que é sagrado (objetos, ritos e símbolos especiais) e o que é profano (vida cotidiana, sem conotação religiosa). Não precisa o sagrado estar ligado a deuses, mas a qualquer coisa que seja tratada pela sociedade como especial, sendo a religião a adoração da sociedade. Noutras palavras, ao adorar os deuses a sociedade adora a si própria, porque a religião reflete e reforça valores e normas coletivas. Por isso, a religião funciona como um cimento social.

Entre as principais críticas à abordagem de Durkheim acerca da religião está o fato de reduzi-la à função social, isto é, ele interpreta a religião como um mecanismo de coesão social, mas ignora outras dimensões, como a experiência subjetiva da fé e o sentido de transcendência. Logo, não considera a religião como um espaço de contestação ou transformação social, focando apenas na sua capacidade de mantenedora da ordem social. Ademais, seus estudos tomam as sociedades consideradas primitivas, como os aborígenes australianos, o que torna a generalização problemática, porque não parece possível dizer que todas as religiões cumprem semelhante função social, sem que se explore as diferenças teológicas e filosóficas entre elas.

Ao explorar a diversidade religiosa em *Pureza e Perigo*, Mary Douglas (1991), analisou como as diferentes sociedades definem conceitos de pureza, impureza e tabu, não limitando sua abordagem a uma única tradição religiosa. Buscou compreender como as culturas diversas usam essas ideias para estruturar suas visões de mundo. As noções de pureza e impureza não são, pois, universais. Refletem valores culturais e religiosos; são construções sociais. Há pontos comuns na diversidade dos fenômenos religiosos que merecem ser destacados, tal como ocorre em relação à simbologia da água, que limpa, purifica e lava; está presente em todas as religiões.

O que é considerado puro ou impuro varia segundo a sociedade e serve para manter a ordem e reforçar identidades coletivas. É o caso de certos alimentos que são proibidos não exatamente por questões de saúde, mas porque violam a lógica simbólica, a exemplo da carne de gado na Índia ou da de porco no judaísmo e no islamismo. Tabus religiosos e culturais delimitam quem pertence ao

grupo e quem está fora dele, sendo a noção de impureza, muitas vezes, associada ao caos ou à violação de fronteiras sociais e simbólicas.

Mary Douglas (1991) entende, portanto, que o puro e o impuro, a pureza e o perigo, ou a impureza e o castigo nos colocam a questão da ordem e da desordem no mundo, da vida e da morte, o que torna o rito, a reverência, uma necessidade.

Não podemos adentrar nos espaços das hierofanias, nos espaços onde o sagrado se manifesta, com a mesma postura que entramos nos espaços mundanos, como informa Eliade (2001). Ou, se preferirmos a passagem bíblica “Guarda o teu pé, quando entrares na Casa do Senhor” (Eclesiastes 5:1), veremos que ela aponta para a ideia de que o espaço sagrado exige reverência, reforçando a distinção entre o profano e o divino.

Podemos pensar o religioso como fruto de necessidades cognitivas, materiais e afetivas, que demandam respostas que podem ser alcançadas pela razão e pela imaginação. Se admitirmos que a imaginação nos conduz ao religioso, podemos dizer que a religião não é apenas um sistema de crenças racionais ou dogmáticas, mas também produto da criatividade humana, uma forma de dar sentido ao mundo por meio de símbolos, mitos e narrativas. A imaginação permite construir narrativas sobre a origem do mundo, a vida pós morte e a relação entre humanos e divindades. Depende de a imaginação interpretar e comunicar experiências subjetivas visionárias, tais como as de místicos que descrevem visões de Deus, anjos e estados de iluminação. Carregados de simbolismo e teatralidade, os rituais religiosos criam um ambiente no qual a imaginação transforma objetos e gestos em algo sagrado, assim como o pão e o vinho na comunhão é transformado no corpo e sangue de Cristo. Ao oferecer um modelo de mundo, a religião organiza o caos da existência por meio de histórias, regras morais e visões do extramundano, sendo a imaginação o que nos permite reinterpretar esses elementos conforme culturas e épocas.

Se admitirmos que a imaginação e a religião não são necessariamente inimigas da ciência e da razão, porque muitos dos avanços científicos nasceram da imaginação e da criatividade, enquanto a religião oferece o sentido e valores que a ciência não aborda, a imaginação tanto impulsiona descobertas científicas quanto a religião pode inspirar ética e moralidade, áreas para as quais a ciência sozinha não oferece respostas definitivas. Não foi por outro motivo que cientistas como Newton viram a ciência como uma forma de compreender a criação divina.

Se compreendemos o religioso como fruto de necessidades materiais, vamos nos deparar com o fato de que a atividade humana é marcada pela incerteza; os negócios fracassam, os empreendimentos humanos são fadados ao malogro. Sendo a incerteza radical insuportável e desagradável, buscar a superação é normal. E são várias as vias para superar a incerteza, dentre as quais estão: a via racional, a via da magia e a via do religioso.

A via racional, como busca por explicações sistemáticas, baseadas nos métodos científicos, filosóficos e analíticos, ao objetivar reduzir a incerteza opera, no dizer de Morin (2005), com pretensão da eficiência e da eficácia. A tecnofilia do antropocentrismo arrogante do *homo sapiens* nega a si os seus 100% de animalidade que acompanham os seus 100% de cultura e o *homo demens* (o demente que no homem habita), o *homo ludens*, o *homo faber* e o *homo loquens*.

A via da magia é aquela dos ritos, das palavras mágicas, da adivinhação, das mortes por feitiço, a qual na maioria das vezes comporta a uma definição negativa, qual seja, a de um conjunto de processos tidos por irracionais (para a ciência e a técnica), para atingir resultados. Todavia, na hora do desespero, dos problemas de amor, das traições das doenças ou da morte, são procurados os que divinam, são ouvidas as cartomantes, são realizadas as oferendas aos deuses.

A via do religioso pode ser compreendida como um conjunto de práticas através das quais os homens alcançam harmonia geral ou apoio indulgente de forças favoráveis ao sucesso de seus empreendimentos. Não podemos pensar apenas na fonte que cria o homem à sua imagem e semelhança, mas também no homem que cria um deus à sua imagem e semelhança para satisfazer suas necessidades humanas. Zeus, Dionísio, Apolo, Gaia etc. morreram, porque morreu a comunidade que os alimentava. Foram substituídos na tradição ocidental cristã por um deus individual, mais condizente com a sociedade individualista, que é monoteísta (Dunomnd, 1987).

Durkheim (1996) dizia que as práticas mágicas jamais dão origem à formação de igrejas. Dizer que elas estabelecem laços entre magos e clientes, entretanto, não significa dizer que a magia não seja introduzida nas cerimônias religiosas. Da mesma forma que a técnica se associa com o mágico e o religioso, a magia pode ser usada por líderes políticos ou grupos no poder para manipular a percepção pública ou controlar certos aspectos do comportamento coletivo. A manipulação de rituais, a criação de símbolos e o uso de amuletos, por exemplo, representam estratégias de controle social.

No contexto contemporâneo, a magia não desapareceu e se manifesta em movimentos alternativos, práticas esotéricas e em rituais políticos, mobilizando símbolos e mitos criados por certos líderes. A politização de práticas mágicas pode ser observada em contextos como o uso de rituais e simbolismos em campanhas políticas, onde o poder simbólico é manipulado para gerar apoio popular.

Considerando que a via racional, a via da religião e a via da magia têm se sobreposto e estabelecido relações complexas no exercício do poder contemporâneo, compreender suas interações para analisar a dinâmica política e as formas variadas pelas quais os governos buscam superar incertezas e legitimar sua atuação é por demais relevante. Se entendermos que a via racional oferece os instrumentos administrativos e técnicos necessários para a governança, enquanto a religião agrega um conteúdo moral e simbólico e ajuda a construir identidade e coesão social, ao tempo em que a via da magia potencializa a dimensão emocional e carismática do poder, permitindo que os líderes

transcendam a lógica dos fatos e das estatísticas para atingir sentimentos e aspirações das massas, é possível perceber que os regimes políticos, seja em contextos autoritários ou democráticos, frequentemente, utilizam essa tríade para criar narrativas de legitimidade, apresentar resultados técnicos e administrativos enquanto enfatizados são os valores éticos e religiosos e as campanhas de imagem e discursos carismáticos são reforçados. Pela via da razão, da religião e da magia são instrumentalizadas as relações de poder e uma dada ordem social.

Nesse ponto, é relevante lembrar Berger (2018), quando afirma que a ideia amplamente difundida pela “teoria da secularização” de que a modernização levaria necessariamente ao declínio da religião, bem como a onipotência da razão e da ciência que garantiriam o sentido da vida humana, se mostrou francamente equivocada. Evidentemente, algumas instituições religiosas reduziram ou perderam seu poder e influência em muitas sociedades. Porém, crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram com grande fôlego na vida das pessoas. Em muitos casos, assumiram novas formas institucionais. É o que se verifica em diversos movimentos de “contra secularização”, com surpreendente fervor religioso.

Convém lembrar, igualmente, Durkheim (1996, p. 509), para quem a consciência do sagrado só aparece tendo em vista a capacidade humana para imaginar um mundo ideal. A certeza durkheimiana de que a religião ocupava um lugar central na sociedade era tamanha que era impensável para ele cogitar uma sociedade completamente profana e secular, o que o levou a afirmar e profetizar:

Existe algo de eterno na religião que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso sucessivamente se envolveu. Não pode existir uma sociedade que não sinta a necessidade de manter e reafirmar, a intervalos regulares, os sentimentos coletivos e ideias coletivas que constituem sua unidade e personalidade. [...] Os velhos deuses já estão avançados em anos ou já morreram, e outros ainda não nasceram. Mas, entre uma e outra, a alma religiosa não se perde, e é de esperar que um dia virá em que novas efervescência criativa surgirão, nas quais ideias novas aparecerão e novas fórmulas serão encontradas que servirão, por algum tempo, como um guia para a humanidade...”

Decerto, é inegável, como conclui Giddens (2007), que a modernidade abalou todas as velhas certezas. Sendo a incerteza, no entanto, uma condição que muitas pessoas têm enorme dificuldade em assumir, qualquer movimento, principalmente religioso, que promete garantir ou renovar a certeza ou apresenta um apelo considerado seguro terá grandes chances de atrair adeptos.

Tem razão, pois, Rubem Alves (1993, p. 167), quando argumenta "que algo andou errado com os profetas e as suas profecias. Porque bem no meio dos funerais de Deus e do réquiem à religião, uma chuva de novos deuses começou a cair e um novo aroma religioso encheu os nossos espaços e o nosso tempo".

Obviamente, foge dos nossos propósitos discorrer sobre a morte e o nascimento dos deuses. No entanto, no cenário político internacional, é evidente que eles se expressam com pleno vigor e que estão em franco crescimento os movimentos religiosos, conservadores, ortodoxos ou tradicionalistas. O Brasil não foge à regra.

3 A RELIGIÃO E A POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Sabe-se que é comum a recorrente afirmação, na sociedade brasileira, que religião, futebol e política não devem ser discutidos. Curioso é observar, todavia, que a polaridade política atualmente vigente no Brasil, entre os apoiadores de partidos da extrema direita e daqueles considerados progressistas, notadamente a partir das últimas eleições, colocou em evidência o quanto a religião ocupa um lugar de destaque nas engrenagens do cenário político nacional e como foi instrumentalizada para legitimar a supressão de políticas públicas e fragilizar direitos sociais conquistados.

Desse modo, os períodos eleitorais podem ser vistos como momentos privilegiados de instrumentalização da fé e da religião por grupos vinculados aos diversos segmentos evangélicos (igrejas protestantes históricas, Luteranos, Presbiterianos e Metodistas; igrejas pentecostais, Assembleia de Deus e do Evangelho Quadrangular; neopentecostais, Universal do Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus; igrejas carismáticas, Católica Carismática e Batista Carismática; igrejas de confissão, como a Igreja Reformada; igrejas Evangélicas Independentes e de Linha Livre). O mesmo ocorre com os grupos de outros segmentos religiosos, vinculados à igreja católica, ao espiritismo kardecista, às religiões de matrizes africanas e indígenas, às ayhwasqueiras etc.

Seria uma tarefa de largo fôlego abordar a instrumentalização da fé e da religião tal como se expressa em cada um desses diversos segmentos. Por isso, o que ora nos interessa é desvelar o quanto a fé, a religião e a política se entrelaçaram para criar uma polarização inédita na cultura política brasileira, notadamente entre eleitores de partidos tidos como progressistas e os de extrema direita. Esses últimos têm lideranças evangélicas como principais protagonistas. Igualmente, buscamos destacar como os ritos e símbolos associados à fé e à religião foram acionados para legitimar candidaturas políticas à presidência da República e os governantes eleitos nos últimos pleitos, bem como para barrar avanços em políticas públicas e desmontar direitos sociais.

Amplamente divulgado na grande mídia e objeto de sérias divergências na comunidade judaica brasileira, foi o batismo de Jair Messias Bolsonaro, nas Águas do Rio Jordão, em Israel, no dia 12 de maio de 2016, pelo pastor Everaldo Pereira, presidente do Partido Social Cristão (PSC), na época pastor da Assembleia de Deus e posteriormente preso por liderar esquema de corrupção no

estado do Rio de Janeiro. O batismo ocorreu quando se discutia o impeachment de Dilma Rousseff e Bolsonaro era deputado federal, filiado ao partido do pastor. O evento realizado no lugar sagrado para o cristianismo, porque associado ao batismo de Jesus Cristo por João Batista, marcou a aproximação de Bolsonaro da comunidade evangélica, o que se tornou um dos pilares de apoio durante sua campanha presidencial em 2018, pelo PSC.

As religiões são invariavelmente vividas pelos seus adeptos, simultaneamente como uma referência a uma realidade superior e como meio de controle do universo cotidiano em que eles estão inseridos. A religião empresta sentido à vida e apresenta para seus fiéis uma fonte inquestionável de informações, funcionando como um modelo para o mundo e ao mesmo tempo como um modelo de mundo; um modelo de ações e explicações para o indivíduo religioso. É necessário considerar que toda experiência religiosa se exprime em parte em ações de cultos e rituais, bem como que a afirmação teórica da fé, elaborada num corpo de uma determinada doutrina, é realizada no conjunto complexo de ritos. Assim, as ações rituais estabelecem uma estreita vinculação entre o indivíduo e o grupo que professa a fé. Os rituais religiosos operam num nível diferente dos atos comuns da vida cotidiana, pois se realizam em referência ao divino. Em outros termos, as ações rituais se apresentam como meios inequívocos para possibilitar ao homem se religar aos poderes superiores. Por isso, os rituais religiosos comumente estabelecem uma ruptura com o tempo profano, aquele que diz respeito às ações rotineiras da vida cotidiana (Meslin, 2014).

O ritual do batismo de Bolsonaro se prestou à construção paulatina de sua legitimação política e, também, para moldar a opinião pública, restringir a oposição e reforçar a hegemonia cultural do projeto político que seria implementado.

Em síntese, a instrumentalização da fé e da religião na política brasileira pode transformar elementos originariamente ligados à esfera espiritual em instrumentos de poder, comprometendo a separação entre Estado e religião e reduzindo o espaço para o debate pluralista que caracteriza uma sociedade democrática.

Demonstrações de comportamento contido em diversos eventos de cunho religioso, numa atitude de aparente submissão à autoridade religiosa, foram explorados por Bolsonaro e seus aliados para reforçar estruturas de poder, considerando que as instituições religiosas permanecem detentoras de influência sobre a política. A demonstração de reverências nesse espaço implica a sacralização do poder, o que permite que líderes religiosos se apresentem como intermediários entre Deus e os homens, consolidando sua autoridade não apenas espiritual, mas também social e política.

No contexto brasileiro das eleições presidenciais e dos embates relativos a questões de políticas públicas, a manipulação de símbolos religiosos, por meio de discursos e práticas, passou a ser francamente usada não apenas para justificar a presença de agendas religiosas no espaço público, sob

lógica de que a esfera política também deve se curvar a valores supostamente divinos. A política se tornou palco de disputas simbólicas sobre o sagrado, de confronto de posturas morais e ideológicas, de disputa entre o laico e o religioso.

Uma vez que a internalização desse tipo de discurso pode levar crentes à naturalização da obediência e à passividade diante de autoridades religiosas e políticas, a participação cidadã ativa e a crítica – princípios fundamentais da democracia – foi sendo minada, em larga medida. A ideia de que certas esferas estão “acima da crítica” porque sagradas criou um ambiente propício à concentração de poder e à intolerância diante do dissenso e da diversidade. Noutras palavras, uma complexa relação entre religião, poder e controle social foi instaurada, com implicações políticas profundas a limitar a autonomia crítica dos indivíduos, sobretudo a partir do momento em que Bolsonaro assumiu a presidência da República.

O que se viu, pois, de 2019 a 2022, durante o governo Bolsonaro, foi o desmonte de políticas no campo da educação, da saúde, do meio ambiente, dos povos indígenas, dos direitos humanos, da assistência social e da cultura. São abundantes os exemplos: a retirada de conteúdos sobre diversidade de gênero e orientação sexual dos materiais didáticos e tentativa de implementar o projeto “Escola sem Partido; o corte de verbas para universidades e institutos federais, bloqueando e congestionando orçamentos que afetaram o funcionamento de instituições de ensino superior; o enfraquecimento da política de alfabetização e educação básica, com o esvaziamento do programa de *Alfabetização na Idade Certa* e de programas estruturados em gestão educacional que foram descontinuados; o fim do programa *Mais Médicos*, com a retirada dos médicos cubanos sem reposição imediata, gerando déficit de atendimento em áreas remotas e vulneráveis; o negacionismo durante a pandemia da Covid-19, com a resistência à vacinação, à compra de vacinas no momento oportuno e à adoção de medidas sanitárias baseadas em evidências, comprometendo profundamente a saúde pública; o corte de orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS), com redução no financiamento de programas estruturais, o que foi agravado pelo teto de gastos e ausência de fontes de investimento; os cortes orçamentários de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que dificultou a fiscalização e o combate ao desmatamento; a paralisação da demarcação de terras indígenas, contrariando acordos internacionais e dispositivos constitucionais; a flexibilização de regras ambientais, que estimulou a mineração em áreas protegidas e redução da fiscalização de crimes ambientais; a desestruturação do Ministério de Direitos Humanos com retrocessos em políticas voltadas para a população LGBTQIA+, mulheres, negros e povos tradicionais; a reformulação do Bolsa Família para Auxílio Brasil, o qual ficou marcado por menor previsibilidade, critérios instáveis e baixa garantia de proteção social sustentável após o fim do auxílio emergencial; e o corte em programas de

combate à fome e à insegurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos; a censura indireta e o enfraquecimento de órgãos culturais, com a paralisação de editais voltados à cultura e as interferências ideológicas às quais foi submetida a Ancine; a redução drástica nos recursos da Lei Rouanet e o combate à classe artística, restringindo o apoio a produções culturais críticas ou progressistas etc.

No Congresso Nacional, a chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE), criada em 2003, vem crescendo significativamente. A partir de janeiro de 2024, segundo dados disponibilizados no site Poder 360º, passou a contar com 228 integrantes, dos quais 202 são deputados federais e 26 senadores, filiados a 15 partidos. Desses, somente 26 congressistas podem ser contabilizados como aliados ao governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Considerando os não contabilizados como membros da FPE, ao todo, os evangélicos somam 245 integrantes; 219 deputados federais e 26 senadores. Na Câmara, há 104 que se assumem como bolsonaristas, 22 como lulistas e 76 se dizem independentes. No Senado, há 15 bolsonaristas, 04 lulistas e 07 independentes.

Em 25 fevereiro de 2025, a FPE escolheu para seu próximo presidente, cujo mandato é de 2 anos, Gilberto Nascimento, deputado de perfil mais conservador, ligado à Assembleia de Deus, aliado do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e apoiado pelo pastor Silas Malafaia. Foi a primeira vez que a bancada utilizou um voto em cédulas de papel, depositadas em urna, numa clara alusão à defesa do voto impresso que tentou reforçar a ideia de fraude de urnas eletrônicas, difundida por Bolsonaro e seus apoiadores, antes e depois da derrota nas eleições presidenciais de 2023, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito. Anteriormente, inexistia eleição para a presidência da bancada, como ocorreu em 2022 e em 2025. Havia apenas aclamação.

A eleição para a presidência da FPE pode ser compreendida como uma evidência da instrumentalização da fé e da religião na política, para reforçar o fundamentalismo religioso, que tem sido utilizado por referência aos evangélicos e para explicar a polarização que ocorre na sociedade brasileira.

Do ponto de vista da ciência política, esse fundamentalismo pode ser definido como um movimento de legitimação ideológica, que utiliza a narrativa religiosa para construir uma base moral e simbólica que legitima reivindicações políticas; justifica a implementação de políticas públicas alinhadas com determinados valores; influencia debates sobre questões como direitos civis, educação e legislação familiar; fortalece identidades coletivas baseada em dogmas sagrados; serve como ferramenta para mobilizar eleitores e fortalecer movimentos políticos; mobilizar campanhas de preservação de uma ordem social ou resistir a processos de mudança e pluralismo cultural; confundir esferas públicas e religiosas; levar desafios à manutenção de um Estado laico; impor normas baseadas

em preceitos religiosos; restringir a diversidade e os direitos de grupos minoritários, gerar conflitos e polarização na sociedade etc.

Ainda que a presença de evangélicos no Judiciário não tenha mobilizado tanto a Imprensa nacional como a das Casas legislativas, foi objeto de ampla repercussão na Imprensa nacional a posse no Supremo Tribunal Federal, em 16 de dezembro de 2021, do ministro André Mendonça, de confissão evangélica e pastor presbiteriano, indicado pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Desde 2019, o ex-presidente já vinha sinalizando sua intenção de indicar um ministro evangélico para o Supremo Tribunal Federal (STF), tendo destacado a forte identidade religiosa de André Mendonça, cujos valores considerava adequados para que as decisões do tribunal estivessem alinhadas com princípios morais e religiosos. Ao se referir ao pastor como alguém “terrivelmente evangélico”, Bolsonaro se dirigia à sua base de apoio evangélica, que foi crucial para sua eleição à presidência. Instrumentalizava a fé e a religião, para explorar seu potencial emocional e simbólico, para criar um vínculo com a população, utilizando narrativas alinhadas a valores sagrados.

André Mendonça não foi o primeiro evangélico a assumir um cargo de tamanha envergadura no Judiciário. Antes dele, José Carlos Moreira Alves, também membro da Igreja Presbiteriana, foi ministro do SFT de 1975 a 2003 e presidiu a Corte entre 1985 e 1987. Mas Moreira Alves não ficou marcado por sua confissão evangélica durante sua atuação no STF, tendo adotado uma postura mais técnica, sem trazer a religião para o centro de suas decisões ou do debate público, o que foi muito diferente do contexto que acompanhou a indicação de André Mendonça, explicitamente pautada em sua identidade evangélica.

Aqui, convém lembrar que desde sua posse no Supremo Tribunal Federal, o ministro André Mendonça tem participado de importantes decisões que refletem seu comprometimento com a Constituição Federal de 1988 e com a garantia de direitos fundamentais, tais como aquelas que envolveram o acesso de pessoas trans ao Sistema Único de Saúde - SUS (ADPF 787) e a penalização por recusa ao bafômetro (RE1224374). O mesmo não ocorreu com o caso Fernando Francischini, deputado estadual do Paraná, cassado em 2021, acusado de disseminar desinformação sobre as urnas eletrônicas, quando o ministro votou pela manutenção da liminar que restaurava o mandato, com base na defesa de princípios constitucionais e com o discurso mais garantista e conservador que assumiu desde sua indicação, ao contrário da maioria dos ministros que entenderam que a propagação de desinformação sobre o sistema eleitoral compromete a própria democracia.

O caso Fernando Francischini foi paradigmático da tentativa do STF de coibir a disseminação de *fake news* pelos políticos brasileiros, o que não significa dizer que tenha tido o condão de evitar propagações que culminaram em atentados contra o Estado Democrático de Direito, em 8 de janeiro de 2023, uma semana após Luiz Inácio Lula da Silva subir a rampa do Palácio da Alvorada,

numa solenidade na qual não houve a transmissão da faixa presidencial, mas que contou com a multidão que lotou a Esplanada dos Ministérios em Brasília, em 01 de janeiro de 2023, e que teve a cobertura da Imprensa nacional e internacional.

Nessa perspectiva, o Brasil tem acompanhado a tendência de avanço da extrema direita na esfera política na América Latina, onde o fundamentalismo religioso tem servido para impactar as jovens democracias e colocá-las em situação de constante ameaça, como já havia ocorrido por ocasião do Golpe que resultou o impeachment de Dilma Rousseff de 2016 e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva às vésperas da eleição presidencial de 2018, que deu vitória a Jair Messias Bolsonaro.

A mobilização da extrema direita bolsonarista, a questionar os resultados das urnas nas eleições presidenciais de 2022, fechar estradas e avenidas, propagar discursos de ódio e *fake news* etc., culminou no dia 8 de janeiro de 2023 com a depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília e a destruição de obras de arte da cultura brasileira. Nas invasões amplamente expostas pela imprensa nacional e internacional, estima-se que cerca de 5.000 pessoas participaram desses ataques. Muitas, vestidas de verde e amarelo, portando Bíblias na mão, cantavam hinos evangélicos que diziam de uma guerra espiritual contra o inimigo em comum, o mal representado por Lula, STF, esquerda, comunismo, marxismo e o que mais pudesse ser considerado como alvo a ser destruído. Contaram para tanto com o financiamento de pastores e pastoras evangélicos, dentre os quais figuram Magno Malta, Silas Malafaia, Josué Valandro e Ana Marita Terra Nova.

Decerto, os evangélicos não foram os únicos a apoiar as invasões, pois líderes religiosos de diversos segmentos, como os da igreja católica, dos centros espíritas kardecistas e da União do Vegetal (religião ayhwasqueira), por exemplo, se fizeram presentes e estimularam pelas redes sociais a animosidade política, como pode ser visto nas matérias divulgadas pela Imprensa e nas postagens em redes sociais. Como hoje é amplamente sabido, tudo contou com a anuência de militares e de empresários.

Não é novidade que, para chegar ao poder é preciso vencer eleições e para vencer eleições não se pode negligenciar os diversos segmentos sociais. Ao chamar a atenção dos leitores para as inúmeras acusações endereçadas aos evangélicos de apoiar movimentos políticos de extrema direita ou de agirem mobilizados por ideologias fundamentalistas, Spyer (2020) adverte sobre as consequências do distanciamento de partidos políticos da esquerda em relação à comunidade evangélica. Sem negar o fundamentalismo explícito nas ações e discursos de personalidades conhecidas dentro e fora do mundo evangélico, ele insiste na necessidade do diálogo religioso e traz dados relevantes acerca de como a dificuldade de comunicação entre os grupos progressistas e os grupos evangélicos impactou resultados eleitorais contrários a pautas progressistas.

Desde 2016 foi criada a Frente Evangélica pelo Estado de Direito, cujos esforços não foram suficientes para conter o avanço da instrumentalização da fé e da religião que contribuiu para a vitória a Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais.

Conquanto pesquisas do Datafolha tenham divulgado que apenas 28% do evangélicos votaram em Lula e que sejam esses parte dos segmentos religiosos que mais apoiaram as invasões das sedes dos Três Poderes, a busca do voto evangélico pelo, então, candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro a dez dias do segundo turno da eleição presidencial de 2022, é apontada como relevante para diminuir o distanciamento de partidos políticos progressistas em relação à comunidade evangélica.

Antes tarde do que nunca. A carta a evangélicos assinada por Lula, lida no encontro com lideranças evangélicas e que contou com mais de 300 convidados, tanto criticou o uso eleitoral da fé, como defendeu a liberdade religiosa, rebatendo *fake news* sobre o fato de que, se eleito, as igrejas evangélicas seriam fechadas. Além de reforçar sua postura contra o aborto, enfatizou que foi justamente em seu governo que essas igrejas mais cresceram em termos numéricos e em diversidade de segmentos.

Os líderes da Frente Evangélica pelo Estado de Direito, por seu turno, destacaram que não se vivia mais nos tempos nos quais seria suficiente ressaltar a liberdade de consciência política para dizer o apoio a determinado candidato, considerando a ameaça representada pela perspectiva de vitória de Jair Messias Bolsonaro. Além de mencionarem o papel da Frente no combate ao golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff e, também, de ameaças das forças reacionárias sustentadas pelo governo federal e pelo presidente, a controlar ações de setores da Polícia Federal e das Forças Armadas, depositaram na reeleição de Lula a esperança de trazer de volta ao Brasil a plenitude do Estado de Direito. Bolsonaro não foi somente enquadrado como uma ameaça democrática, mas como um verdadeiro “anticristo”, como se evidenciava em suas políticas negacionistas na pandemia, no retorno do País ao mapa da fome e na liberação de armas de fogo.

Como parte de uma verdadeira guerra religiosa que utiliza armas de igual potencial simbólico, a Segunda Carta de Paulo aos Tessalonicenses foi usada pela Frente para embasar a interpretação do Estado de Direito como força civil instituída por Deus e para deter forças destruidoras do Anti-Messias que Jair Messias Bolsonaro encarnava, quer na responsabilidade que tinha pela destruição de seres humanos pela Covid-19, quer pela fome, armas, violência generalizada e seletiva contra populações indígenas, negra, mulheres e minorias LGBTQI+.

De fato, a força política dos evangélicos é algo que vem atraindo a atenção de estudiosos do fenômeno religioso, especialmente quando um olhar sobre o passado recente da história do Brasil leva à constatação de que os evangélicos representavam uma pequena parcela da população

brasileira, sem representação significativa nas instâncias governamentais e alvo de diversos preconceitos.

No início dos anos de 1970, o número de evangélicos era de apenas 5% do contingente populacional do País. Andar pelas ruas, exibindo a Bíblia, mostrar desenvoltura para citar versículos e relatos sobre a vida de Jesus eram atributos marcantes dos evangélicos de todas as vertentes. Os pentecostais, então, atuavam de maneira mais incisiva, objetivando atrair adeptos para suas igrejas e congregações. Até hoje, é comum encontrá-los fazendo pregações em locais públicos e com intenso movimento de transeuntes, tais como praças, paradas de ônibus e entrada de eventos esportivos.

Hoje os evangélicos estão entre um terço da população adulta brasileira e apresentam tendência de crescimento numérico. Embora sejam inúmeras as estimativas de que nas próximas décadas o Brasil será um país majoritariamente evangélico, segundo Alves, Cavenaghi, Barros & Carvalho (2017), parece prematuro afirmar uma hegemonia religiosa no Brasil. O que ocorre é que se passa por uma profunda transição religiosa. Em 1950, quase a totalidade da população (93,5%) brasileira era de católicos; os evangélicos eram apenas 3,4%. Sete décadas depois, o percentual de declarados católicos caiu para 64,6% e os evangélicos já somavam 22,2%, para não dizer do crescimento de adeptos de outras religiões e de pessoas que se declararam sem religião. Isso significa uma transição marcada pela mudança na correção de forças entre os dois maiores grupos cristãos, com a queda dos católicos e a ascensão dos evangélicos.

Se antes, mesmo num cenário dominado por católicos, os evangélicos não se intimidavam diante dos preconceitos religiosos evidentes na sociedade brasileira, há muito marcada pela intolerância com a diversidade, eles hoje promovem metas que, no dizer de Giddens (2001), são sobremaneira mundanas, tais como aquelas que se destinam a angariar fundos e conquistar seguidores. Se outrora eles exibiam a Bíblia como um sinal diacrítico de pertencimento a um segmento religioso diferenciado, como estratégia de afirmação e posituação de suas identidades religiosas, diante dos preconceitos, hoje eles desafiam lógicas relativas ao recolhimento característico das celebrações antes tidas como ligadas aos prazeres da carne e, conseqüentemente, ao pecado e à condenação de suas almas.

É o que pode ser visto no Carnaval de 2025, diferentemente dos costumeiros retiros que os afastava da “festa da carne”. Segundo divulgado pelo Observatório Evangélico (2025) e noticiado na Imprensa nacional, as igrejas evangélicas desfilaram nas ruas do Rio de Janeiro, com blocos de foliões jovens dançando, tocando bateria e transmitindo mensagens religiosas, como estratégia de aproveitar o grande fluxo de pessoas e atrair tanto os fiéis quanto os curiosos.

Como um fenômeno de massas importantíssimo no Brasil contemporâneo, se o cristianismo evangélico expressa a instrumentalização da fé e da religião para conquistar espaços de

poder na política nacional, ele igualmente expressa que a força do sagrado está longe de desaparecer do horizonte existencial humano.

Além disso, o que deve ser compreendido, de fato, ao contrário da recorrente afirmação de que determinadas questões são indiscutíveis, é que política e religião estão profundamente entrelaçadas na sociedade brasileira. E não esqueçamos do futebol! Que o digam os “atletas de Cristo” que ficaram famosos desde o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, cujo gesto mais conhecido é o ato de apontar para o céu após marcar um gol, como um jeito de agradecer a Deus publicamente e de usar o esporte como ferramenta de conexão com as pessoas. Mas isso é assunto para um outro artigo...

4 CONCLUSÃO

A análise da instrumentalização da fé e da religião na política brasileira evidencia a complexidade desse fenômeno, que tem ganhado centralidade nas disputas eleitorais recentes. A partir de reflexões teóricas sobre a racionalidade e a irracionalidade do fenômeno religioso, ficou claro que a religião não se limita ao âmbito espiritual, mas se projeta como força mobilizadora de identidades, afetos e interesses políticos, entre os quais o de formulação e execução de políticas públicas.

O protagonismo dos evangélicos no apoio a pautas conservadoras e em estratégias eleitorais reflete a consolidação de uma agenda política que se articula em torno de valores morais, familiares e de defesa de liberdade religiosa, frequentemente mobilizados como instrumentos de legitimação e disputa de poder. Exemplos concretos das duas últimas eleições presidenciais demonstram como líderes religiosos atuaram ativamente no processo político, orientando fiéis e estabelecendo pontes entre igrejas e candidatos.

Por fim, o estudo reforça que a instrumentalização da religião no Brasil contemporâneo não apenas influencia a formação do voto, mas também contribui para a polarização e a construção de narrativas que desafiam a laicidade do Estado. A compreensão desse processo é fundamental para o debate sobre a democracia brasileira e para a análise do papel das crenças religiosas no exercício do poder e na construção de projetos políticos, de modo geral, bem como no de formulação e execução de políticas públicas, de modo específico.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D., CAVENAGHI, S., BARROS, L. F. W., & CARVALHO, A. A. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, 29(2), 215-242. Disponível em: REVISTAS.USP. SP.

INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FÉ E DA RELIGIÃO: a racionalidade e a irracionalidade do sagrado no Brasil contemporâneo

AL VES, Rubem. **O que é Religião?** São Paulo: Ars Poética Editora, 1984.

_____. **O Enigma da religião.** São Paulo: Paulinas, 1975.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. **Rumor de Anjos:** a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Tradução de José Carlos Barcelos. Petrópolis: Editora Vozes, 2018

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo:** uma análise de conceitos de poluição e tabu. Tradução de Margarida Vale de Gato. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUMONT, Louis. **O individualismo:** uma perspectiva antropológica da ideologia moderna – elementos para uma teoria da religião. Tradução de Lúcia S. Junqueira. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa** - o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos:** ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **O sagrado e o profano.** Tradução de José Carlos de Lima. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Tratado de história das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu.** Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **O Futuro de uma ilusão.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução de Sandra Regina Netx. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MESLIN, Michel. **Fundamentos de Antropologia Religiosa** - A experiência humana do divino. Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MORIN, Edgar. **O método 1:** a natureza da natureza. 4ª. ed. Tradução de Maria Alice Sampaio Dória e Edgard de Assis de Carvalho. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OTTO, Rudolf. **O sagrado:** os aspectos irracionais na ideia do divino e sua relação com o racional. Tradução de Rubens Rusche. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

TYLOR, Edward B. **Cultura Primitiva:** pesquisas sobre o desenvolvimento da mitologia, filosofia, religião, linguagem, arte e costumes. Tradução de Marina Laís Fonseca São Paulo: Editora Italiana, 1973.

WEBER, Max. **Economia e Política:** fundamentos da Sociologia Compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UNB, 1999.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Notas

¹ O *mysterium tremendum* expressa o sentimento de ser criatura diante de um criador (Otto, 2010).